

Munhoz: acordo “é irrisório”

Paulenir Constâncio

O acordo para o pagamento de juros da dívida firmado com os credores privados internacionais é “irrisório” na opinião do professor Décio Munhoz do departamento de Economia da Universidade de Brasília. Para ele, a capacidade de pagamento do Banco Central não foi sequer arranhada com a renegociação dos oito bilhões de dólares em juros atrasados. “O Brasil poderia ter feito melhor, negociado até parte do principal da dívida e saído com maior credibilidade da mesa de negociação”, defende o economista.

Para ele, a renegociação da dívida vem funcionando como pano de fundo para um aceno político às esquerdas. O objetivo seria mostrar competência na renegociação, realizando um acordo que permita o mínimo de desembolso, satisfazendo os setores que crêem que a dívida é ponto de estrangulamento no crescimento econômico.

Munhoz defende que a solução para os problemas econômicos do Brasil não passa mais pelo pagamento ou não da dívida. “Somos talvez o único país devedor que não precisa se preocupar com esse problema”, afirma. Segundo ele, faltou competência à equipe econômica para fechar um acordo melhor para a economia brasileira.

A política de abertura do mercado às importações, na ótica do professor universitário, satisfaz o interesse do Governo em se livrar de dólares. Décio lembra que no fechamento das contas do Tesouro em dezembro de 1989 havia um superávit de Cr\$ 9 bilhões que “desapareceram” nas contas de 1990, ficando imobilizados à disposição do Tesouro. Falta transparência nas contas de acordo com análise feita por ele.

O economista calcula que hoje o País tem dólares e cruzeiros para comprar mais moeda estrangeira e amortizar a dívida. Além de apresentar superávits mensais há 12 meses, o governo Collor vem antecipando a compra de títulos da dívida interna, o que torna equivocada a postura do secretário Nacional de Política Econômica, Antônio Kandir, que afirmou que seria necessário ampliar a base monetária em 1991 para cumprir o acordo com os bancos credores.

“A dívida externa brasileira foi estatizada nos anos 80”, afirma Munhoz. Na década passada, diz o professor, o Banco Central teria recebido dos devedores privados internos (estatais e empresas privadas) os dólares necessários, mas manteve um clima de moratória e utilizou o dinheiro para ampliar a dívida interna com o lançamento de títulos.